

INCURSÃO NEOLIBERAL NAS REDES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: A TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA EM MATO GROSSO

Ualter dos Santos Rojas

Universidade do Estado de Mato Grosso

ualter.rojas@unemat.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma breve reflexão acerca dos dados obtidos em uma pesquisa de mestrado realizada ao longo de 2022 e 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através de projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso por meio do processo nº FAPEMAT.0000927/2022.

Ao longo das últimas décadas diversos autores tem denunciado através de seus estudos e de evidências científicas as implicações que a incursão neoliberal tem causado na educação (Ball, 2004; Saura, 2016; Adrião, 2018; Costa, 2019), resultando na construção de um modelo educacional regido pela lógica mercantil em que prioriza-se o atingimento de metas e índices a partir de avaliações estandardizadas com cujo objetivo central é além de consolidar um modelo de ranqueamento, também de recorrer aos princípios da Nova Gestão Pública para fortalecer o discurso falacioso da ineficiência da máquina pública afim de permitir, via privatização, a incursão do setor privado como uma suposta medida de melhoria da efetividade.

Assegurada através de dispositivos legais e, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988, a oferta da educação pública tem sido um dos grandes desafios enfrentados nas últimas décadas. Compreendemos, portanto, que um desses desafios referem-se a diferentes formas de privatização, não só no Brasil. Sobre isso, Ball (2004) pontua que o processo de privatização da educação básica vem sendo implementado de forma gradativa, desde a década de 1990. O avanço acelerado desse processo no Brasil deu-se a partir de 2016, com a escalada do neoconservadorismo e do neoliberalismo ao poder no Brasil e com a instabilidade causada pelo golpe de Estado, a discussão e a implementação da privatização tomaram maiores proporções, tornando a educação uma mercadoria que

“pode” ser negociada pelos grandes empresários, à medida que supostamente causa “economia” aos cofres públicos (Costa; Domiciano, 2020).

Neste caminho, recorremos a pesquisas como a desenvolvida por Adrião; Garcia e Drabach (2020) para compreendermos que a privatização em educação passou por diversas adaptações nos últimos anos, deixando de operar apenas na transferência dos recursos e do patrimônio público e do fortalecimento e investimentos na rede particular. Tornando-se um campo altamente lucrativo, as modalidades de privatização em educação avançaram em campos como a gestão educação, a oferta e o currículo, as terceirizações além do estabelecimento de parcerias público-privadas que não preveem a transferência de recursos financeiros, mas acabam possibilitando que o setor privado interfira na elaboração das políticas públicas (Peroni; Oliveira, 2020).

Desta forma, ao logo do estudo, o pesquisador adotou como ponto de partida o trabalho de Adrião (2018) em que identificou e definiu três dimensões da privatização em educação, sendo materializadas através do currículo, da oferta educacional e gestão educacional. Contudo, as análises conduziram ao entendimento de que as dimensões outrora apresentadas já não abarcavam a nova ou aprofundada forma de privatização identificada em redes municipais do estado de Mato Grosso, *lócus* a pesquisa, materializada a partir da terceirização.

Assim, a pesquisa baseou-se em uma investigação com abordagem quanti-qualitativa que possibilitou compreender o comportamento dos gastos com as terceirizações irrestritas dos postos de trabalho nas redes municipais de educação do estado de Mato Grosso, fundamentando-nos em uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre a privatização, e documental analisando as normativas e decretos que abordam o financiamento educacional, além de portarias, contratos e convênios que caracterizem privatização em educação, via terceirização.

2. DESENVOLVIMENTO

O estudo teve como objetivo central o mapeamento da privatização em educação, via terceirização irrestrita dos postos de trabalho, nas 141 redes municipais de educação do estado de Mato Grosso no período de 2018 a 2021, recorte definido a partir da pesquisa principal o qual o referido mapeamento esteve vinculado.

A coleta dos dados ocorreu a partir do cruzamento das informações inicialmente dispostas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, elaborados através dos dados enviados pelos municípios.

Dentre os relatórios utilizados, está o Relatório Resumido de Execução Orçamentárias, para além dos dados dispostos na fonte mencionada, foi realizada a análise individual nos portais da transparência mantidos pelos municípios, de modo em que foram averiguados todos os contratos que possuíssem uma das seguintes palavras-chave: terceirização e/ou execução indireta de mão de obra, e que tenham sido formalizados ou que tivessem vigência dentro do recorte temporal da pesquisa.

A partir dos dados coletados, da concatenação e da análise, a pesquisa identificou que diversos municípios recorreram a esta prática conforme observamos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de contratos de terceirização por região intermediária de Mato Grosso e posto de trabalho com terceirização recorrente

Região Intermediária	Quantidade de municípios com contrato de terceirização	Posto de trabalho com terceirização recorrente
Barra do Garças	13	Técnico e Apoio Administrativo Educacional
Cáceres	5	Apoio Administrativo Educacional
Cuiabá	6	Apoio Administrativo Educacional
Rondonópolis	2	Auxiliar de Serviços Gerais
Sinop	7	Transporte Escolar

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os dados da pesquisa apontaram para o crescente aumento da terceirização irrestrita dos postos de trabalho nas redes municipais de educação do estado de Mato Grosso, ao analisar em linhas gerais, verificamos que aproximadamente 23,4% dos municípios do estado, adotaram em alguma medida/periódico a contratação de mão de obra terceirizada para atuar diretamente na educação.

Cumpre-nos destacar que o elemento de despesa adotado para o filtro dos dados coletados foi o 3.3.90.39 – Serviços de Pessoa Jurídica, que não se enquadram como despesas de pessoal, e que ainda são formalizados por meio da emissão de nota fiscal, desconsiderando totalmente as normativas vigentes no que diz respeito aos direitos sociais destes profissionais, conduzindo para a precarização do trabalho.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO

Os dados da pesquisa evidenciam a influência do neoliberalismo e do neoconservadorismo no sistema público educacional, especialmente por meio da Nova Gestão Pública, que propaga a ideia de que a ineficiência da administração pública só pode ser superada pela adoção de princípios da gestão privada. Nesse contexto, torna-se visível o enfraquecimento das políticas públicas educacionais e laborais, com ataques recorrentes ao instituto do concurso público, previsto na Constituição Federal.

A desestruturação dos Planos de Cargos e Carreiras dos servidores municipais se revela na criação de novas nomenclaturas para cargos já existentes, configurando uma estratégia de driblar normativas e reduzir gastos com pessoal. Esse processo resulta na precarização dos postos de trabalho, esvaziados de direitos sociais e frequentemente terceirizados de maneira irrestrita.

4. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas Educativas**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020.

BALL, S. J. Culture, Cost and Control: Self-Management and Entrepreneurial Schooling in England and Wales. in: SMYTH, John. **A Socially Critical View of the Self-Managing School**. Routledge Falmer, London: 2004.

COSTA, M. O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público-privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 35, n. 1, p. 159 - 179, jan./abr. 2019.

COSTA, M. O.; DOMICIANO, C. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36, e70086.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, C. M. B. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de

educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36, e77554.

SAURA, G. Neoliberalismo como discurso: La evaluación en educación entre tecnologías políticas neoliberales y la nueva filantropia. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], n. 47, p. 11–30, 2016.